HABEAS CORPUS Nº 501.684 - SP (2019/0091166-7)

RELATOR	**:**	**MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE	:	RICARDO RAMOS BARBOSA
ADVOGADO	:	RICARDO RAMOS BARBOSA - SP421078
IMPETRADO	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	:	RAFAEL DE PAULA SPINELLI (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RAFAEL DE PAULA SPINELLI no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, nos autos do *Habeas Corpus* n. 2066804-52.2019.8.26.0000, indeferiu o pedido liminar.

Os autos dão conta de que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, isso porque, em seu poder "*foi encontrada quantia vultosa de entorpecente consistente em 20 pinos de cocaína, [235 – duzentos e trinta e cinco gramas] de pasta base da mesma droga, bem como diversas porções de cafeína comumente usada na fabricação do entorpecente"* (e-STJ fl. 32).

Durante a audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (e-STJ fls. 31/33). Foi então formulado pedido de concessão de liberdade provisória, o qual foi indeferido pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Birigui/SP (e-STJ fls. 53/54).

Inconformada, a defesa impetrou *writ* com pedido liminar na Corte estadual, alegando a ausência de fundamentação apta a justificar a manutenção da prisão cautelar. Salientou, ainda, que o paciente possuía residência fixa.

O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fl. 55).

Na presente impetração, a defesa reafirma as alegações originárias, pleiteando a revogação da constrição provisória (e-STJ fls. 3/9).

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não

cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

> *AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*
>
> *1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.*
>
> [...]
>
> *3. Agravo regimental improvido* (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016).
>
> *AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*
>
> *1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*
>
> *2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.*
>
> *3. Agravo regimental improvido* (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016).

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator